



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO



MARIA DO CARMO SILVA

Nucleação da Escola Municipal São Sebastião do Baixio do Município de Periquito Minas Gerais: Desafios e Perspectivas do Processo de implantação aos dias Atuais

BELO HORIZONTE- MG

Setembro de 2014

MARIA DO CARMO SILVA

Nucleação da Escola Municipal São Sebastião do Baixo do Município de Periquito Minas Gerais: Desafios e Perspectivas do Processo de Implantação aos dias Atuais

Pesquisa apresentada à Coordenação do Curso de Pós-Graduação: Especialização em Educação do Campo, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

Orientadora: Professora Doutora Maria de Fátima Almeida Martins.

Co-orientadora: Professora Cristiene Adriana da Silva Carvalho

**Periquito/Belo Horizonte - MG
Setembro de 2014**

DEDICATÓRIA

À memória de Augusto Vicente da Silva, meu pai (in memoriam). Joana Feliciano da Silva, minha mãe, que pacientemente, me ensinou desde cedo a dar bons passos e com responsabilidade assumir tudo que a mim for confiado. À memória de Maria Aparecida - Tida, minha querida Irma, sempre presente, que já se repousa nos braços do PAI. À Martinha Jorge e Daniel Nascimento, extensão de minha família, a quem muito devo, por me encorajar sempre. Às irmãs e irmão: Maria da Conceição; Juvenira Maria; Maria do Socorro; Geralda Albino; Maria das Dores e João; Jose Feliciano e Arlene; A quem amo e com os quais sigo partilhando e aprendendo na alegria, no convívio e aconchego familiar, herdado na simplicidade e sabedoria de nossos queridos pais.

AGRADECIMENTOS:

À Deus, sem o qual seria impossível qualquer atividade, A meus familiares que na sua simplicidade sempre me incentivou a dar novos passos, ajudando-me a acreditar que eu posso ser simplesmente quem sou. À turma “Carlos Eduardo Mazetto”, com os quais tive a Graça de partilhar, saberes e sabores ao longo deste curso. A meus amigos e amigas, sempre presente nos bons, e principalmente nos momentos difíceis das encruzilhadas da vida.

Agradeço profundamente à Coordenação do Curso de Especialização em Educação do Campo – da Universidade Federal de Minas Gerais. Em especial a professora Maria de Fátima A. Martins por sua dedicação, compreensão e carinho. À **CPT** - Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais e demais entidades parceiras da UFMG que oportunizaram a realização deste curso.

Agradeço com muito carinho quem efetivamente contribuíram para a realização desta pesquisa em especial aos membros da comunidades de Santa Cruz, Córrego Fundo e aos profissionais da ***Escola Municipal São Sebastião do Baixo do Município de Periquito Minas Gerais*** .

Enfim, obrigada a todos e todas por estarem comigo nesta caminhada.

LISTA DE ABREVEATURAS

CPT- Comissão Pastoral da Terra
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CNE- Conselho Nacional de Educação
CEB- Coordenadoria de Educação Básica
CGEC- Coordenação Geral de Educação do Campo
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FETRAF- Sul - Federação dos trabalhadores na Agricultura/Região Sul
FUNDEF- Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MST- Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra
MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem
UHE- Usina Hidrelétrica

EPÍGRAFE

*“Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente,
nos tornamos capazes de aprender.*

*Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora,
algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada.
Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não
se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.”*

Paulo Freire-Pedagogia da Autonomia.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 DA EDUCAÇÃO RURAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO	21
1.1 - Da educação rural à educação do campo: Educação enquanto direito	22
CAPÍTULO 2 NUCLEAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PERIQUITO.....	28
2.1 - O contexto da nucleação	28
2.2- Caracterizações do município.....	36
2.2.2 - Identificação da Escola Municipal “São Sebastião do Baixio”	40
CAPÍTULO 3 ANÁLISE DE DADOS.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
ANEXOS.....	55

INTRODUÇÃO

É necessário aprender a conversar e conviver de igual para igual com o sagrado plural, uma vez que entender as divindades presentes na vida do povo é essencial.

Maria do Carmo Silva

A presente pesquisa tem como objetivo, uma reflexão acerca das políticas públicas de educação com enfoque no processo de nucleação da escola municipal “São Sebastião do Baixio”, apontando os principais desafios e perspectivas do processo de implantação da política de nucleação escolas do campo aos dias atuais. Buscará compreender o processo a partir de entrevistas semiestruturadas, análise de documentos e em diálogo com autores que abordam sobre o tema em questão.

Para o desenvolvimento deste trabalho, o primeiro movimento foi identificar obras literárias e realizar entrevistas com sujeitos supostamente envolvidos no processo. Partindo da compreensão de que uma das características da a entrevista semiestruturada é a utilização de roteiro previamente elaborado, resultando na formulação de perguntas que seriam básicas para o tema a ser investigado, o tipo de entrevista escolhido foi a semiestruturada, com o objetivo de colher maiores informações acerca do objeto em estudo.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Também se considerou a necessidade de analisar obras acadêmicas que já discorressem sobre o tema em estudo, afim de propor um diálogo entre as ideias dos autores e a realidade vivenciada no município de Periquito no que se refere à política de municipalização e nucleação. Partindo de estudos e observações, procedeu-se a análise de dados, que aponta os desafios da política de nucleação das escolas do campo desde a sua implantação aos dias atuais.

O interesse pela história da educação rural e da educação do campo vem da relação com minha origem; o campo onde ancore experiências, carrego minhas raízes culturais e dedico maior parte de minha vida. No desempenho do trabalho enquanto professora de escola do campo nos anos de 1990 a 2005, na comunidade Nossa Senhora Aparecida, povoado de Ilha Funda onde sou domiciliada, no distrito de São Sebastião do Baixio. Como educadora popular inserida nas CEBs- Comunidades Eclesiais de Base e ONGs- Organizações não Governamentais e atualmente, como agente da CPT- Comissão Pastoral da Terra no Estado de Minas Gerais tem sido um constante aprendizado nas realizações de encontros, seminários, troca de experiências, lutas por direitos e por garantia da dignidade humana. Dentre elas, somam-se aos demais atores sociais que se afirmam sujeitos de direitos na luta por território e por um projeto de Educação do Campo. Uma Educação enraizada pela tomada de consciência política. Aquela capaz de questionar e reivindicar do Estado, política agrária, e educação popular; assumindo o papel de protagonismo e como sujeitos de direitos” (ARROYO, 2012).

A iniciativa de pesquisar o tema: ***Nucleação da Escola Municipal São Sebastião do Baixio do Município de Periquito Minas Gerais: Desafios e Perspectivas do Processo de Implantação aos dias Atuais*** tem a intenção de compreender o processo de implantação da política de nucleação, identificar se houve participação das comunidades e sua avaliação desta política confrontando com minha opinião no diálogo com atores envolvidos.

A motivação de pesquisar o referido tema se fundamenta no desejo de recuperar a história e a identidade da comunidade, possibilitar uma reflexão dos fatos, pautado na pluralidade religiosa e cultural, onde direitos humanos sejam respeitados.

Nota-se que, em circunstâncias diversas, que há tentativas de inferiorização, subalternização, que pretendem destruir saberes, valores, memórias, culturas e identidades coletivas. E associado a isso, muitos projetos de educação popular fracassam por ignorar essas persistentes pedagogias que pensam os grupos populares como inferiores e tentam convencê-los da sua subalternidade.

O processo de nucleação no município, requer um deslocamento do educando, de casa até a escola. Este movimento faz com que, em muitos casos, os alunos abandonem seus afazeres junto à família pela condição inexistente de contatos nos momentos necessários à lida do dia-a-dia, com isso, vários costumes e hábitos campestres vão sendo esquecidos, à medida que vão sendo deixado de serem vivenciados, assim como o cotidiano próprio das famílias no campo, relacionados à cultura da comunidade.

Compreendemos que a questão da escola do campo está intrinsecamente ligada à questão da Reforma Agrária. Essa articulação vem sendo feita pelos movimentos sociais, e estes têm garantido na agenda dos governos. Esta discussão também vem sendo realizada com a sociedade, bem como nos cursos de formação para os educadores do campo. Dois pontos nesta discussão são importantes como: O reconhecimento do direito dos povos e comunidades tradicionais à educação e a urgência do estado assumir políticas públicas que garantam esse direito.

Neste aspecto da interferência da educação no processo de transformação social, Nogueira e Garcia, advertem:

Consideramos que não podemos ignorar e menosprezar a questão da transformação via educação. Sabemos que a mudança estrutural

de uma formação social requer diferentes estratégias e ações, tanto no campo político, quanto no econômico, porém, junto com as implementações políticas e econômicas precisamos de ações que promovam a transformação de valores e princípios, esses a partir da educação (NOGUEIRA, GARCIA,2006)

Há um processo que tem por objetivo a organização do ensino no meio rural, em escolas-núcleo, contrapondo-se a organização em escolas multisseriadas. Organização de escolas que tem por base a realidade dos alunos, apesar de em número pequenos, são localizadas no seio de cada comunidade. Contrapondo a esta forma, a nucleação viabiliza-se por meio do uso intensivo do transporte escolar e deslocamento de alunos desde suas comunidades para escolas com maior população, onde estes são reunidos em classes de acordo com sua faixa etária.

Numa visão político-pedagógico convencional, que não considera o campo como território, onde a sabedoria se faz presente, defende que a precariedade da educação está na multisseriação, considerando que a melhoria no processo educativo advém das aulas unisseriadas e das melhores condições materiais das escolas nucleadas.

O processo de nucleação, no Brasil, foi particularmente forte na década de 90, quando as reformas educacionais na educação básica, induzidas pela LDB 9.394/96, priorizaram o Ensino Fundamental com a criação do *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, de Valorização do Magistério* (FUNDEF) e o fortalecimento do *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação* (FNDE). Ao estabelecerem critérios para a transferência de recursos financeiros às escolas públicas do Ensino Fundamental, estimularam a municipalização do mesmo, processo que terminou por resultar no fechamento de várias escolas multisseriadas. Os estudantes das unidades desativadas foram então “nucleados” em centros urbanos e escolas maiores.(GONÇALVES,2003)

Com isso, os desafios no processo se destacam pelo afastamento da escola núcleo da comunidade de onde se originam os alunos e seus respectivos familiares, os riscos das viagens em veículos e estradas precárias, saindo diariamente de

madrugada ou chegando à noite em casa além da perda do vínculo e aconchego familiar. Também o desenraizamento cultural dos alunos em relação a seu meio, pois o que lhes são oferecidos são ensinamentos longe de seu cotidiano; um modelo padrão urbano, alheio à realidade do alunado do território rural. Tal procedimento põe em falência a participação da comunidade na gestão escolar, uma vez que, longe de sua comunidade de origem, os alunos e seus familiares não teriam possibilidades de participar da gestão escolar, entrando em conflito com a nova lei da educação, que incentiva tal participação conforme ressalta Saviani. “ A gestão democrática do ensino público se orienta pelos seguintes princípios: 1- integração dos sistemas de ensino e dos estabelecimentos com a família, a comunidade e a sociedade, preferentemente gestão descentralizada.” (SAVIANI, 2011,148) (Art.5, inciso 1.A nova lei da educação) .

Segundo dados da pesquisa realizada por Tassia Gabriele, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, foram fechadas 24 mil escolas em todo o país nos anos entre 2002 e 2009, onde 80% delas eram rurais, como consta no relatório do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na campanha nacional contra o fechamento e pela construção de escolas no Campo (MST 2011).

Nota-se com isso que cresce assustadoramente o número de escolas fechadas no campo em todo Brasil. Seria uma farsa para dizer que os governos estão investindo em política pública de educação? Como investir em educação desconsiderando a cultura e costumes de um povo? E o campo, como fica?

... Fechar uma escola do campo significa privar milhares de jovens de seu direito à escolarização, à formação como cidadãos e ao ensino que contemple e se dê em sua realidade e como parte de sua cultura. Num país de milhares de analfabetos, impedir por motivos econômicos ou administrativos o acesso dos jovens à escola é, sim, um crime! (MST, 2011).

De fato, o processo de fechamento de escolas no campo configura um procedimento que vem de cima para baixo, imposta pelo estado sem, portanto, ter um debate público e participativo. Não se concebe avaliar os impactos que

acarretaria nas comunidades rurais, onde jovens, adultos e crianças têm seus ciclos e etapas escolares interrompidos ou desativados, além dos impactos culturais, o abandono do aprendizado no campo pelos costumes familiares, os afetos deixados para traz e tantas outras situações.

Por isso mesmo, no âmbito de suas atribuições os movimentos sociais e pastorais do campo vêm problematizando os impactos gerados pelo fechamento destas escolas nas comunidades rurais, a partir da concepção de que na Educação do Campo, há um projeto educacional que tem por base uma educação comprometida com os povos e comunidades tradicionais; suas experiências de trabalho e lutas sociais rurais tem objetividade.É contrário ao modelo de organização educacional hegemonicamente imposta pelo Estado, deslocada das reais necessidades destes povos.

Nesta perspectiva, o movimento “Por uma Educação do Campo”, reivindica uma educação do e no campo, uma educação de qualidade no campo para o campo, conforme texto publicado pela Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo em seu primeiro Caderno (2010):

Não somos *a priori* contra a junção de escolas menores numa escola maior (em alguns lugares, chamada de nucleação de escolas), desde que observadas algumas condições: que isso não represente um deslocamento muito grande para as crianças, especialmente as menores; que essas escolas sejam no próprio meio rural; que haja efetiva melhoria das condições de infraestrutura e de qualificação dos profissionais da educação envolvidos e que a organização curricular seja planejada de modo a incluir uma efetiva relação dos alunos/alunas com sua comunidade de origem. Não podemos deixar de considerar também o papel da escola no desenvolvimento cultural das comunidades. Por isso, a decisão de nuclear escola não pode ser tomada somente em função de cálculos econômicos. (KOLLING; NÉRY; MOLINA *apud* KREMER 2010, p. 3).

De certo modo, superar as visões negativas do campo e de suas escolas torna-se difíceis, pois produzem visões negativas de seus povos e das instituições

do Campo. Tais pré-conceito com relação ao campo e de suas escolas partem de constatações históricas de que tem uma intencionalidade política, perversa de reduzir o campo, suas formas de existência, considerando a escola sem qualidade como não educativa, além de considerar os diferentes povos, na inferioridade cultural.

Segundo Arroyo, o campo é um dos territórios sociais, políticos, econômicos e culturais de maior tensão, e que os povos do campo, em sua diversidade, afirmam-se como sujeito político em múltiplas ações coletivas.

O reconhecimento e valorização da especificidade presente no campo são imprescindíveis para a organização escolar, pois tem influencia na busca de conhecimentos, dos saberes, das experiências vivenciadas no campo, bem como as especificidades coletivas, modos de viver formas de ver o mundo, de pensar o real no dia a dia do campo. E na sutileza do universo, descobrir os modos de ver a terra e de aprender a lutar pela terra como sujeitos de direitos.

Para dar resposta diferenciada às questões da realidade multisseriada, considerado como um fardo pesado, um problema, um empecilho ou mesmo um impedimento para que o ensino e o direito à aprendizagem sejam assegurados nas escolas do campo, tem se criado a política de nucleação vinculada ao transporte escolar.

No foco desta discussão estão as escolas multisseriadas. O espaço territorial, onde os alunos matriculados, seus familiares e moradores das pequenas comunidades rurais, considera um espaço fundamental para a preservação dos hábitos e costumes ; e por ter nestes a viabilidade das redes sociais e produtivas. Porém o deslocamento dos estudantes para os centros urbanos ou mesmo a saída das famílias de suas propriedades para o acompanhamento de seus filhos na escola, requer uma maior estrutura que lhes permitam a continuidade de estudos. Para aquelas famílias que permanecem no campo, enfrentam a precariedade condições das estradas e dos transportes, à violência urbana e à convivência em

ambientes diferentes de sua cultura local, convivem com a insegurança, no percurso de escolarização de seus filhos, caracterizando como tempos de aflição.

Considerando que a escola é parte integrante da comunidade, sempre haverá uma relação de pertencimento pelos membros da comunidade onde se localiza a escola. Por isso mesmo, vê-se importante que qualquer tomada de decisão relativa à escola e propriamente à educação, que altere a dinâmica da comunidade, seja dialogada ou construída com todos os integrantes, pais alunos comunidades, além da sociedade civil, presente no contexto da comunidade. É fundamental que a democracia seja a prática de qualquer que seja o seguimento público a tomar uma decisão.

No âmbito da implementação de uma política pública, ou em se tratando de relações humanas, faz-se necessário aprender a conversar e conviver de igual para igual com o sagrado plural, uma vez que entender as divindades presentes na vida do povo é essencial. A vida no campo traz experiência concreta de simplicidade, de partilha e de coletividade, onde a sabedoria se expressa através da arte, da dança, dos causos, na troca de sabores e do bem comum, como bandeira de luta que une as intenções e fortalece as esperanças do povo.

Segundo Arroyo, toda atividade produtiva é atividade cultural.

...a produção da vida nos campos, nas fabricas, na diversidade de formas de trabalho produz um mundo cultural, simbólico, ético, indeniários, humano. Produz uma inteligência, um modo de pensar prático/produtivo, criativo, interventivo. Todo esse mundo, intelectual, ético, cultural se produz em interação com o trabalho, mas ao mesmo tempo esses mundos determinam o trabalho, o torna trabalho humano. Sendo humano é uma atividade cultural (ARROYO. 2012 p. 101).

Incorpora-se a afirmação de que o caminho de vida, de resistência, de identidade cultural e étnica, bem como a luta por direitos sociais assumidos pelos povos e comunidades tradicionais, legítimo e inalienável o direito de todas as

comunidades humanas viverem em seus territórios, segundo suas culturas e seus costumes. As inúmeras ações de resistência em defesa da vida e de seus territórios, ameaçados pela inaceitável e desastrosa concentração de terras nas mãos de poucos, principalmente pela ganância insaciável do agronegócio e outros grandes projetos como a mineração, a Hidrelétricas, etc.

Para maior compreensão desta realidade, vários estudiosos descrevem sobre o termo e origem do agronegócio. Uma política de favorecimento aos latifundiários e grandes empresas; trazendo consequências aos que sobrevivem da agricultura familiar e camponesa.

Afinal, o agronegócio não é algo novo. É apenas o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Sua origem está no sistema de *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Historicamente, desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases, esse modelo passou por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem (CALDART, CERIOLI e MONÇANO FERNANDES, 2000). Nesta mesma ótica e para confirmar esta hipótese também descrevem LEITE e MEDEIROS (2012),

O termo agronegócio, de uso relativamente recente em nosso país, foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços. (LEITE E MEDEIROS, 2012, pag. 81)

Compreender essa realidade é muito importante no contexto da educação do campo, porque tem implicações diretas aos trabalhadores e trabalhadoras, uma vez que a cada dia os investimentos políticos incentivam esse chamado “desenvolvimento”. De mesmo modo, Medeiros cita que o agronegócio no Brasil, se fez com a substituição de ecossistemas naturais por monocultivos e com expulsão de populações tradicionais dos territórios, causando grande destruição de

agro ecossistemas diversificados, construídos ao longo de séculos por essas populações. (Dicionário da Educação do Campo 2012, pag.69)

Nesta configuração, destacam-se os conflitos e a violência no campo, conforme dados publicados anualmente pela CPT- Comissão Pastoral da Terra desde o final dos anos 70, permitindo-nos identificar as categorias sociais que sofrem violências e as categorias sociais que as praticam.

Associado às demais situações presentes no campo, ressalto aqui a questão do uso intensivo e extensivo de agrotóxicos, considerado como uma prática corrente do agronegócio, impactando diretamente os trabalhadores e trabalhadoras no campo. Segundo o Centro de documentação “Dom Tomas Bauduino”, dentre os 816 conflitos por terra identificados no ano de 2012, 13 deles é por questões ligadas a contaminação, impactando cerca de 2.000 (duas mil) famílias. O centro de Documentação apresenta dados alarmantes: O número de famílias afetadas por aspersão de agrotóxicos chega a 600 (seiscentos); sendo que maioria acontece nos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais, nesse último, envolvendo 450 famílias, no Rio Grande do Sul, onze famílias foram vítimas de contaminação por veneno. (Conflitos no Campo Brasil, 2012).

Ao passo que a agroecologia, vem contrapor esta política do agronegócio, pois ela se constitui num conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses), incorporado por princípios ecológicos que, com o tempo foram descolonizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura (Gubur. 2012).

Nesta perspectiva, coube-me o desejo de delinear a respeito da educação do campo focando a política de nucleação, por considerar que, este processo intensifica o movimento de desenraizamento das populações do campo. No panorama atual, as condições estruturais das escolas do campo têm ficado em segundo plano, requerendo uma luta constante dos sujeitos coletivos empenhados na melhoria das necessidades essenciais das escolas. O desinteresse, o

esquecimento e o silenciamento sobre o campo é um exemplo expressivo que vem sendo revelado pela falta de políticas públicas para a educação do campo, nos diferentes níveis das ações governamentais.

Podemos observar que há avanços no nível da concepção e definição dos sujeitos. Tendo-os como definidora de uma política ampla para atendimento das populações do campo, vê-se hoje como referência para definir a educação do campo aquela que compreende os camponeses e agricultores familiares, como sujeitos de direitos, na sua diversidade de culturas e práticas defendendo e lutando por uma escola no e do campo, feita pelos sujeitos que nela vivem e trabalham. (CARVALHO, ARAUJO.1999-2010.pag. 74)

As políticas de educação no Brasil ainda não revelam dados que expressam a preocupação com trabalhadoras e trabalhadores do campo, pois há ausência de um sistema educacional adequado aos modos de vida e costumes no campo. Neste contexto, o campo é tratado como algo, cujo sentido não expressam a diversidade e a natureza dos sujeitos que nele habitam.

Para compreender a realidade histórica da Educação dos povos do campo, vale ressaltar que um passo significativo é o fato da Educação estar garantida na Constituição Federal que seja direito das crianças e adolescentes do campo ter acesso à Escola. Porém, Caldart (2010) nos provoca com uma reflexão em que explicita:

Tratar do direito universal à educação é mais do que tratar de presença de todas as pessoas na escola, é passar a olhar para o jeito de educar quem é sujeito desse direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas como **sujeitos de direitos**, capazes de fazer a luta permanente pela sua conquista. Neste sentido, a experiência dos movimentos sociais na formação de consciência do direito precisa ser recuperada e valorizada pela educação do campo. (CALDART, 2010.pag.27)

O sentido deste trabalho é entender como ocorreu o processo de nucleação de escolas do Campo no município de Periquito-Minas Gerais. Para isso, foi fundamental identificar os diferentes sujeitos envolvidos na política de educação e

como eles se organizam para o enfrentamento dos desafios presentes neste processo. Compreender como os sujeitos se apropriam do processo de nucleação das escolas do campo e, através de metodologia apropriada, coletar, sistematizar e analisar dados referente a nucleação por meio de entrevista com alunos, pais, equipe pedagógica da escola municipal São Sebastião do Baixio, secretário de educação do município de Periquito e Superintendência Regional de Ensino; partindo da compreensão de que estes são sujeitos envolvidos no contexto escolar e que diretamente tenham vivenciado as implicações nas mudanças em relação ao objeto em estudo.

Também foi fundamental realizar levantamento teórico sobre o processo de nucleação escolar no município de Periquito, partindo de uma contextualização municipal e distrital tendo como foco as escolas do campo que foram fechadas no processo conforme podemos identificar: a Escola Municipal “ Concesso Barbosa”na comunidade Nossa Senhora Aparecida , Córrego Ilha Funda, distrito de São Sebastião do Baixio; a escola Municipal “ George Simam”, no povoado de Santa Cruz, distrito São Sebastião do Baixio e Escola municipal “ Antonio Villela” localizada no povoado de Córrego Fundo ,um território do município de Açucena - MG, que questões de localização o povoado é assistido pelo município de Periquito – MG.

A pesquisa foi importante para evidenciar o quadro das escolas do campo no município de Periquito.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, as fontes documentais foram muito importantes e serviram de análise conforme definição de Ludk e André que diz, “A fonte documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LUDKE e ANDRE, 1986, pag.39)

A respeito da metodologia utilizada pelos órgãos municipais responsáveis e proponentes da política de nucleação, também foram importantes para compreender de que forma a comunidade rural, equipe pedagógica, alunos, pais e a comunidade escolar participaram do processo.

Ainda é importante destacar que os dados desta pesquisa foram obtidos por meio de fontes primária e secundária. As primárias foram realizações de entrevistas a alunos, pais, equipe pedagógica de escola, secretário de educação e à superintendência Regional de Ensino. As secundárias se referem a levantamentos feitos em documentos disponibilizados pela secretaria municipal, superintendência e escola Municipal.

CAPÍTULO 1 DA EDUCAÇÃO RURAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO

Em relação à educação do campo, vê-se que é uma proposta em construção que envolve diferentes sujeitos, chamados conforme Arroyo de coletivos sociais, de gênero, etnia, raça, camponeses, quilombolas, trabalhadores empobrecidos que se afirmam sujeitos de direitos. (ARROYO, 2012. pag. 9)

Portanto, dispõe-se de vários instrumentos que subsidiam a construção de propostas e para o desenvolvimento de políticas públicas que atendem a realidade dos sujeitos do campo. (Rodrigues e Freitas, 2011pag 45)

As diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo são materialização das lutas dos povos do campo em um documento que assegura uma política englobando as especificidades do campo, sendo assim, um importante marco na história da educação do Campo, no qual existe uma preocupação com conceitos e com estruturas das localidades rurais, enfatizando a identidade e diversidade como peça-chave desse discurso, valorizando a formação docente e a possibilidade de diferentes organizações de tempo e espaço. (RODRIGUES, FREITAS.2011, pag.47)

Notadamente a ideia de cidade se consolida como referência da modernização e do progresso, enquanto o campo representa o antigo e o rústico. O próprio termo rural tem a mesma raiz de rústico e rude, enquanto o termo cidade dá origem a cidadão e cidadania. Nota de aula de professor Gilvander Luiz Moreira, I TE.20/04/2013, Seminário “Ética e Cidadania na administração Pública”.

É dramático observarmos a situação conflituosa presentes no campo, pela concentração fundiária que vem afetando o mundo rural. Pode-se dizer que estes conflitos estão relacionados aos grandes projetos de desenvolvimento que vem de forma violenta expulsar a população rural de seus territórios. Segundo dados de

conflitos gerados no campo referentes à onda do latifúndio e do agronegócio, registrados anualmente pela CPT- Comissão Pastoral da Terra nota-se o seguinte:

2.709 famílias, em média anualmente expulsas de suas terras! 63 pessoas, em média, anualmente assassinadas no campo brasileiro na luta por um pedaço de terra! 13.815 famílias em média, anualmente despejadas pelo poder judiciário e cumpridas pelo poder executivo por meio de suas polícias! 422 pessoas, em média, anualmente presas por lutar pela terra! 765 conflitos, em média, anualmente estão diretamente relacionados à luta pela terra! 92.290 famílias em média anualmente envolvidas em conflitos por terra! (Conflitos no Campo Brasil, 2009, pag. 109).

De acordo com Molina e Azevedo, Compreender o lugar da escola na Educação do Campo é compreender o tipo de ser humano que ela precisa ajudar a formar e descobrir estratégias de contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que vem se constituindo no campo hoje. A escola precisa cumprir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização das pessoas e assumir tarefas específicas nesta perspectiva. Ao mesmo tempo é chamada a estar atenta à particularidade dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações de trabalhadores e de militantes sociais. (MOLINA, AZEVEDO, 2004).

1.1 - Da educação rural à educação do campo: Educação enquanto direito

Pensar em educação, logo é pensar em potencialidade, direitos, saberes, experiências diversificadas e num constante fazer. Pois não se concebe educação sem o horizonte da formação e a formação humana se dá nos espaços onde se vive. Na concepção dos movimentos sociais, referidas por ARROYO (2012), a formação humana é inseparável da produção mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições de moradia, saúde, terra, transporte por tempos e espaços de cuidado, de alimentação, de segurança. (ARROYO, 2012, pag. 80)

Pensar educação do Campo é guiar-se pela experiência prática e não apenas por metodologias. É caminhar rumo à construção da política comprometida com a formação de uma sociedade sustentável, com direitos, protagonismo rural e dignidade.

É pensar a vida com tudo que ela necessita. É pensar o campo. Campo como espaço territorial, mas também como lugar da educação; e porque Educação?

Nos inquieta a qualidade de vida da população brasileira. O não reconhecimento às diferenças humanas que vem enquadrando todos num só sistema indiferente às culturas e a originalidade; desencadeando na inferiorização dos povos e comunidades tradicionais, o que podemos caracterizar como um sistema excludente.

A Educação precisa ser repensada e recuperada o seu conceito no campo, bem como a origem, o espaço de valores, da unidade de contextualização, da luta. O que se quer evidenciar é que o campo vai além do conceito territorial e da estrutura. É espaço onde se vive e produz cultura, portanto, lugar e espaço de relações. Afinal, “trata-se de pensar o sujeito do campo e seu contexto, sua dimensão como cidadão, sua ligação com o processo produtivo” (LEITE, 1999, p.14)

A Educação do Campo na concepção deste autor é compreendida como aquela em que os trabalhadores rurais são considerados como sujeitos de direito, protagonistas de sua história e da coletividade. Incluindo neste processo a escola, para além de sua dimensão escolarizada e a educação como dimensão da vida nos diferentes espaços. Neste processo, o entendimento é de que a formação humana tem o papel de formar sujeitos criativos, lutadores e construtores de um projeto de desenvolvimento do campo e de nação. Da mesma forma pode-se compreender que é a relação social que define o modo humano de existência, além de responder pela produção física de cada um é compreendido também como fator de humanização permanente.

Ao se pensar o campo, ressalto aqui a principal luta comum entre os sujeitos do campo, a luta por territórios. Neste sentido, ressaltase que na evidencia da conquista do território, esta não se limita à posse da Terra puramente, mas sim na luta por dignidade e por identidade. Refere-se portanto, à organização e formas de vida, culturas e produção. Compreendo que há inúmeros elementos que permeiam a cultura e produção, conseqüentemente qualquer forma de aprendizado que pode ser relacionado de diferentes formas no território onde vivem campo, o território é o espaço sagrado, onde gera vida, cultura e se descobre o jeito de viver e de se organizar para garantir a verdadeira liberdade, dignidade e educação. Dignidade e educação não são coisas, portanto, não podem ser vendidas e nem compradas, são conquistas, valores adquiridos no processo de construção social. Não por acaso. Por isso, é direito assegurado na Constituição Federal. (1988).

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Constituição Federal. (Art. 205, Cap. III.)

Nesta luta e construção social no Brasil, os povos e comunidades originarias, enfrentam grandes desafios e, ainda carregam as marcas do preconceito e rejeição de ser ainda altamente ameaçados por grandes projetos. Daí a necessidade de um debate e unidade dos sujeitos, como estratégias de resistência e construção de um país diferente para o enfrentamento do capitalismo, o agro e hidro negócio, a mineração, hidroelétricas que em nome de crescimento e desenvolvimento são apoiados por políticas públicas governamentais.

O modelo de desenvolvimento posto na sociedade vigente, bem como o conceito de educação formal, é um modelo excludente, pois não escutam as populações atingidas pelos grandes projetos. Exemplo disso, são as famílias atingidas direta ou indiretamente pela monocultura de capim e do Eucalipto que, além do desastroso uso de veneno, contribui para a expulsão dos camponeses e camponesas para a cidade, resultando no êxodo rural, e acentuando cada vez mais a pobreza nas periferias das médias e grandes cidades. Neste processo, qual seja, o da exclusão social e econômica, essa população é também alcançada por outros processos, ainda mais excludentes, resultando na maioria dos casos, no aumento

de usuários de drogas e criminalização disparada. Além do crescimento desordenado das grandes cidades, sem condições suficientes de vida, a criminalidade e toda forma de vícios como expressão da rebeldia e da pressão pelos grandes projetos construídos em nome de “Desenvolvimento”. Mas que desenvolvimento é esse?

Miguel Arroyo enriquece nossa reflexão, quando menciona a lógica de produção dos outros e dos espaços. A expansão imobiliária ao criar espaços existentes legais se permite o direito de invadir, desocupar os espaços ilegais dos coletivos pensados inexistentes, porque seus espaços inexistentes são invisíveis á ordem legal, ao direito.(ARROYO,2012,pag.202) Para ele, os: Processos que continuam e se radicalizam com a expansão do capitalismo no campo: expansão do agronegócio e apropriação/violência legitimadas na decretação da ilegalidade e da inexistência dos povos do campo, logo, sem direito a territórios, terra e espaço (ARROYO,2012, pág. 203).

Neste sentido, amplia ainda mais a silenciosa violência cometida contra os povos do campo em nome de progressões que visam unicamente o lucro ignorando o essencial, que é a vida em vários aspectos: humanos, éticos, sociais. O desenvolvimento é entendido de forma a explorar o homem e a mulher do campo, quando se trata de grandes empreendimentos.

A partir deste olhar, vale contemplar o argumento de MAZETTO, quando ressalta a diferenciação de desenvolvimento e de sustentável, provocando uma reflexão acerca do verdadeiro desenvolvimento, o que reconhece a “vida” como o centro.E portanto a valoriza, respeita e tem relevância em todos os aspectos.

Não é a toa que, na expressão do desenvolvimento sustentável, desenvolvimento é substantivo e sustentável é adjetivo: o sustentável serve para tentar renovar o caráter colonial e predatório do desenvolvimento... Não são os ecossistemas, suas características e especificidades ecológicas, sua história de ocupação, as relações que os povos dos lugares estabelecem com eles, que vão definir possíveis projetos emancipadores e duráveis para esses

lugares/ecossistemas. É o desenvolvimentismo modernizador dos “de fora” (donos do capital ou, às vezes, o próprio Estado), guiados pela fórmula sagrada da modernidade (preenche da colonialidade do poder), que vai sacramentar o seu destino. A população torna-se, portanto, atingida (como bem ilustra o Movimento dos Atingidos por Barragem e o caso atual da Usina Hidrelétrica de Belo Monte), e acaba tendo de se defender e de fazer parte das medidas mitigadoras/compensatórias, isso quando a expropriação não é explicitamente violenta e escapa aos controles institucionais (Dicionário da Educação do campo.2012 Pag. 206).

O que encontramos nos grandes projetos, como: o de mineração, barragem ou monocultura, são as empresas que nada se importam com as populações. O que está em jogo é o lucro. É o valor monetário. Desta forma, também, age o poder público, visando o que lhe garante maior comodidade e possível lucro.

A riqueza e o poder estão cada dia mais nas mãos do capital financeiro. Nesta ação, o que se pode observar é que há muito mais investimentos do capital, como por exemplo, o financeiro, do que a produção dos bens e de alimentos necessários à vida; conseqüentemente, o avanço desordenado da exploração dos bens naturais como a terra, a água e a energia, bens gratuitos e indispensáveis para a vida no planeta. De modo geral, para as empresas capitalistas, a única referência é o lucro a ser obtido. Em se tratando de lucro, basta olhar as características do agronegócio, conforme definido por Carter(2010):

Observe-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma aliança estratégica com o capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. (CARTER, 2010, pág. 63)

Pensar uma Educação do Campo significa pensar o campo em toda a sua complexidade. No modo capitalista, é crescente a concentração das terras como resultado da exacerbação da produção em escala, que requer grande extensão de área para a prática do monocultivo e tecnologias com uso intensivo de insumos químicos, agrotóxicos. Outro agravante é que este modelo, também ignora as

necessidades de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, não se importando quanto a geração de trabalho e renda ou a permanência dos camponeses em seu território com condição digna de vida.

Entende-se por agricultura familiar no Brasil a partir da lei 11.326/2006 conhecida como a Lei da Agricultura familiar, conforme definição:

No Brasil, houve grande conquista para os agricultores e as agricultoras familiares com a entrada em vigor da Lei

11.326/2006. Conhecida como “Lei da Agricultura Familiar”, ela estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais no Brasil.

O dispositivo legal reconhece a importância social e econômica da agricultura familiar por meio de políticas públicas permanentes, seja de crédito, assistência técnica, comercialização de seguro agrícola e igualdade para as mulheres, por exemplo.

A Lei define como agricultores/as familiares aqueles que praticam atividades no meio rural, e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- Não deter área maior do que quatro módulos fiscais (unidade padrão para todo o território brasileiro).
- Utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento.
- Ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento.
- Dirigir o estabelecimento ou empreendimento com auxílio de pessoas da família.

Podemos destacar que a educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

A educação para os povos do campo é trabalhada a partir de um currículo essencialmente urbano e, quase sempre, deslocada das necessidades e da realidade do campo. Inclusive as escolas localizadas nos espaços urbanos e que

recebem alunos oriundos do meio rural, têm um currículo e trabalho pedagógico, na sua maioria, alienante sem conexão com a realidade dos educandos.

Diante disto, é imprescindível e urgente discutir a educação do campo com um compromisso que valorize e desenvolva a cultura e os costumes das populações do campo. Este entendimento de políticas educacionais, parte do princípio de que o espaço urbano serve de modelo ideal para o desenvolvimento humano. Esta perspectiva contribui para descaracterizar a identidade dos povos do campo, no sentido de se distanciarem do seu universo cultural. Além do esforço de invisibilizar os valores presentes no campo. Essa lógica faz parte de um modelo de desenvolvimento econômico capitalista, baseado na concentração de renda; na migração do trabalhador rural para as cidades, atuando como mão-de-obra barata, na grande propriedade e na agricultura para exportação que compreende o Brasil apenas como mercado emergente, predominantemente urbano e que prioriza a cidade em detrimento do campo.

Em consonância com esta realidade, pode-se afirmar que desta forma, vive-se hoje, uma “escravidão” aos processos de produção. Numa lógica sutil que (re) produz a individualidade. Porém, entende-se que é necessário e faz-se urgente apropriar-se da reflexão e da ciência, com o saber e o fazer, capaz de desvelar o sentido das formas e das condições da reprodução das relações para que sejam apropriadas por aqueles que vivem e são vítimas do processo de produção. Os sujeitos do campo.

Nesta perspectiva, a pesquisa buscará compreender o protagonismo dos sujeitos do campo em relação à política de educação implementada no município de Periquito - MG.

CAPÍTULO 2 NUCLEAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PERIQUITO

2.1 - O contexto da nucleação

O que nos saltou aos olhos, para fazer a discussão sobre as condições das escolas no campo, veio principalmente, pela experiência que tenho oriunda da

pastoral social da qual me integro e do trabalho de mobilização social exercido no município de Periquito que possibilitou-me a identificar que as escolas têm passado pelo processo de nucleação, cujo fato aguçou-me o interesse de conhecer a participação dos sujeitos nas políticas que lhes são de direito. Mas, no que consiste a nucleação?

De acordo com SILVA, nucleação se trata de uma política de municipalização.

A nucleação de escolas em áreas rurais em escolas-núcleo, no Estado de Santa Catarina, constitui-se em uma política de municipalização da Educação Pública adotada pelo Governo Paulo Afonso, através da Diretoria de Municipalização da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, no período de 1997 a 1998.

A política de municipalização, de um lado, faz parte das reformas estruturais impostas por agências multi-laterais de desenvolvimento ao governo brasileiro. De outro, temos a conquista da democratização do Poder Público devido à consolidação de canais de participação da sociedade civil organizada. Tal ambigüidade coincide com um conjunto de manifestações favoráveis e desfavoráveis em relação ao processo de nucleação de escolas rurais, o que nos permite afirmar que uma análise mais completa da nucleação deva sempre considerar o contexto específico aonde esta foi realizada. (SILVA,2000)

A nucleação como forma de organização escolar no campo, foi implantada na perspectiva de que não se tem mais pessoas no campo, e, as poucas que tem podem e devem ser transportadas, ou seja; colocada no ônibus e levadas até uma escola que recebe dos diferentes espaços, dispersos no campo, de comunidades, para uma escola, esta em sua maioria, localizada na sede do distrito.

Dialogando com MOLINA (2010), CALDART(2000), ARROYO(2012), ANTUNES(2010) e outros que falam sobre educação e escolas do campo, compreendo que a educação envolve toda a vida do educando.

A palavra “multisseriada” nos conduz para espaços e tempos onde uma parcela significativa da população estudou nos anos iniciais de sua escolarização. Para uns significou um primeiro momento que se desdobrou em muitos outros. Para outros

significou o limite, o impedimento de continuar, a ausência do direito à escola. Para a grande maioria sinalizou o caminho da cidade. No rancho de pau apique, na casa da professora ou do fazendeiro, distante a 2 ou 5 km da residência, o fato é que há quase um século um conjunto de crianças, com diferentes idades, se encontra com uma professora para o ofício de ensinar e aprender. (ANTUNES ROCHA-2010. Pag. 15)

Nesta perspectiva, a educação do campo se identifica pelos seus sujeitos que vivem no campo. É, portanto necessário compreender que por trás da indicação geográfica está uma parte do povo que vive neste lugar com relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum. São pessoas de diferentes idades, vivem em famílias, comunidades, organizações e movimentos sociais. A educação do campo deve dialogar exatamente na perspectiva de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino. Partindo desta compreensão, o poder público municipal ao propor a nucleação de escolas do campo é pertinente ter como princípio o diálogo com a comunidade escolar e o meio em que se insere a escola, considerando-a como parte integrante da escola.

Em relação a esta discussão, ANTUNES e Hage, afirmam que:

Talvez o maior desafio seja a apropriação do termo campo, pois não basta substituir a palavra rural do material pedagógico. Falar em educação do campo é colocar a escola de qualidade para além dos aspectos metodológicos. Será mesmo trazer o protagonismo em todas as dimensões e estruturas do fazer educativo, bem como implicar a escola com produção da vida política e social, cultural e econômica. Significa dizer que deve haver comprometimento com a educação como um lugar de tensões, tomadas de posições e de conflitos (ANTUNES, HAGE.2010, pag.59)

Sociedade e educação só se constituem a partir de sujeito Histórico. Assim, pode-se dizer que o sujeito está no mundo e com o mundo em constante mudança.

Espaço em que se encontra com os desafios da pluralidade, cuja interferência resulta na forma e na integração do conceito que o enraíza.

O ser humano sem consciência de sua própria história se caracteriza como um simples esmagado ou explorado pelas forças sociais, políticas, criadas para ele e não com ele.

Segundo Paulo Freire, a educação tem por base a Cidadania. Educar para a Cidadania é conscientizar-se. A consciência estabelece o agir e o estar do ser humano no mundo. O tipo de consciência que o sujeito assume refletirá no tipo de cidadania que ele assumirá.

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas (FREIRE, 1980.pag. 43)

Portanto, o porquê e para que educar está intimamente ligado há tempos, ideologias e diferentes espaços, envolvendo também aspectos políticos, econômicos e sociais em uma dimensão ética como finalidade da educação. Educar não se trata de privilegiar a pessoa ou a sociedade. O ser humano se efetiva em relação com o seu semelhante e a natureza embora, nem sempre harmoniosa, transformando o meio natural, transformando-se a si mesmo como objeto de supressão de suas carências.

É importante salientar que o professor que mora no campo, se aproxima com propriedade da realidade do aluno em toda a sua dimensão cultural, social e política. Cria uma relação de amizade e de pertencimento à comunidade. Isso é um

fator que facilita conhecer e compreender o dia a dia de seus alunos, conforme depoimento de uma professora do campo.

ANTUNES (2010) e HAGE(2010) trazem um exemplo interessante sobre o sentimento de pertencimento à comunidade, ressaltando o diferencial de o professor morar ou não no campo onde se localiza a escola e nela trabalha a partir de uma entrevista realizada com professora do campo:

Eu conheço a família de cada um. Sei como vivem; as dificuldades, os problemas em casa, eu conheço tudo. E aquela que mora lá na cidade e vem todo dia, ela não tá preocupada com isso. Ela chega na escola, dá a aula dela e vai embora. E eu que tô convivendo diretamente com eles, tô sempre em contato com eles, com os pais, com as mães. Aqui, acolá, vou na casa de um, eles vêm aqui. Eu tenho conhecimento da realidade de cada um. (ANTUNES ,2010, HAGE.2010.Pág. 68.)

Pode-se dizer que conhecer a realidade de cada aluno é comprometer-se com os valores e formação de múltiplas identidades.

Ao tomar consciência dos fins que orienta a atividade educativa, o sujeito se coloca em condição de identificar no seu semelhante seus próprios desejos, surgindo possibilidade de construção coletiva de conhecimentos como processo de educação.

Entender os fins da educação perpassa a compreensão do conceito de cidadão; os valores pelos quais se orientam e as condições objetivas para efetiválos gerando o sentido de liberdade.

."Quando alguém diz que a educação é afirmação da liberdade e toma as palavras a sério, isto é, quando as toma por sua significação real, se obriga, neste mesmo momento, a reconhecer o fato da opressão, do mesmo que luta pela libertação". (FREIRE,1980, pagina 7)

O imperativo da liberdade na existência humana torna-o responsável pelos seus atos e pela consequência de seus atos. Portanto, "assumir a negatividade da

Liberdade é anular-se como agente, incorporando a uniformidade como princípio da vida” .MARCUS(1967).

Segundo Bernard Charlot (1979), a luta por definição dos fins de educação inscreve-se na luta de classes como luta por hegemonia.

Partindo desta compreensão, e das contribuições dos demais autores que descrevem sobre a questão, é possível descrever a educação do campo com qualidade sem considerar nossa luta cotidiana como camponeses e camponeses descolados da questão Ética e Cidadania?

Entendemos que na luta de classes, a ética deve ser parte do nosso dia a dia, e historicamente ,pregamos a luta pelo direito à cidadania como um dos pilares da caminhada.

Notadamente vemos desmontados vários conceitos que nos impõem como corretos, ao ponto de, em determinados momentos, usarmos o argumento de que precisamos estudar para sermos cidadãos de fato. Mas afinal, que tipo de estudo esta em questão quando manifestamos este argumento? Em que tipo de cidadãos estamos nos referindo?

Nosso mestre Paulo Freire (1974), sugere que a educação tenha como fim a “liberdade” e que seja baseada na práxis, na medida em que se funda no saber/fazer. Diante disso, recorro as aulas da professora Fátima Martins e de Frei Gilvander Moreira que, de forma clara e objetiva, nos fazem refletir sobre a diferença entre o conhecimento e o saber. O mais interessante é descobrir que, quando nos nossos embates com a burguesia, com esse sistema capitalista que exclui cada vez mais as pessoas, que mede a importância de uma pessoa ou de um determinado grupo pelo seu grau de escolaridade. Com base nessa teoria de FREIRE, podemos dizer que a nossa luta pela educação, saúde, reforma agrária, dentre tantas outras, é ética e busca a cidadania no seu sentido mais amplo possível, onde a liberdade é o caminho a ser perseguido com intensidade.

Ao discorrer sobre nucleação escolar, tendo em vista os sujeitos da educação do campo, não poderia deixar de registrar uma luta histórica dos/as trabalhadores/as rurais desse nosso país, em especial a luta das mulheres trabalhadoras rurais pelo reconhecimento de sua profissão de trabalhadoras rurais, visto que, até 1991 essas mulheres não tinham nenhum direito previdenciário garantido. A luta pelo reconhecimento da profissão garantiu o direito ao acesso aos benefícios, exercendo sua cidadania, porém esse esforço não se realiza sem o controle do estado sobre o seu trabalho. Impressionante perceber na história a relação de controle do estado sobre os trabalhadores e trabalhadoras a partir do momento em que afirma que são identificados, como uma prerrogativa importante do reconhecimento da pessoa como cidadão. Nesse contexto, teorizar o estado, é tentar encontrar razões plausíveis que justifiquem as relações de subordinação das pessoas a uma instituição que transcende de forma duradoura, as suas existências.

Nós, educadores/as precisamos compreender de forma clara sobre a formação da cidadania observando bem os desvios e contradições desse processo. Assim proporcionaremos atitudes libertadoras dos grupos coletivos com os quais trabalhamos .

As mudanças alcançadas pelos estados através de seus governos vêm sendo, de certa forma, desafiadora. A modernização tende a falar mais alto do que a formação humana. Aquela que empodera, capacita os sujeitos para a conquista de seus direitos.

A ideia de educação do campo se constitui a partir do Programa Escola Ativa - PEA, implantado no Brasil a partir de 1997 com objetivo de melhorar o rendimento escolar de alunos das classes multisseriadas rurais à luz de experiências desenvolvidas na Colômbia na década de 80.

Em 2008, foi criada a Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC) localizada na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), onde o programa da Escola Ativa passa a ser desenvolvida. Com esta coordenação tem-se uma proposta política construída a partir da luta de diferentes sujeitos, em diferentes espaços da dinâmica social. Seja articulação de

organizações não governamentais, movimentos sociais, universidades, num diálogo por uma educação do campo que representa os direitos fundamentais de ampliação do acesso da permanência e do direito à escola pública de qualidade no campo.

Ao percorrer a História da Educação no Brasil, nota-se que, o que se tem ofertado em educação escolar no campo se caracteriza pelo modelo, dos conteúdos ministrados nas cidades. Isso significa que as culturas vivenciadas no campo são desconsideradas ou consideradas como atrasada, sem importância ou que não tem a ver com educação. Outros sim é que os governantes não constavam em pauta a qualidade social da educação, até porque seus filhos, parentes e amigos por certo estudavam nas melhores escolas urbanas, públicas do país. E são as escolas cujo modelo de educação representa os interesses da classe dominante. Em consonância com esta realidade no Brasil, ARROYO (1983,) enfatiza que:

A classe subalterna não é apenas vítima de um projeto de ideologização tentado pelas classes dominantes, e a é agente histórico, constrói a própria história e se faz a si mesma muito mais do que é feita fora. Vemos a história do Período como resultado do confronto entre classes por mais heterogêneas que elas sejam, confronto que se dá inclusive a nível de hegemonia e contra-hegemonia cultural. O homem do campo tem seus próprios valores sobre o tempo, o lazer e o trabalho, o que condiciona qualquer projeto de reeducação para os novos valores requeridos pelas novas relações de trabalho. Neste sentido tratase de um processo conflitivo, que perpassa a política de instrução elementar e do ensino técnico agrícola. (ARROYO, 1983. pag.20)

O modelo de desenvolvimento posto na sociedade brasileira insiste em valorizar algumas pessoas, ficando em segundo plano aqueles e aquelas que vivem no campo. Os agricultores familiares. Em relação a isso também CAMPOS, enfatiza:

A tendência do agro negócio investe na análise da modernização da produção de commodities, estruturas e globalização, onde não se vê outro modelo possível de sociedade. A tendência da agricultura familiar analisa o desenvolvimento da agricultura familiar no capitalismo como condição de integração, focando temáticas voltadas para estrutura, produtos, cadeias, redes, etc. (CAMPOS, 2012, pag.105).

Nas organizações dos sujeitos coletivos, caracterizados pelos grupos formais, informais, pastorais e movimentos sociais organizados, o paradigma do capitalismo agrário também teve uma influência política extraordinária. Os movimentos camponeses que mais se identificaram e receberam influência deste paradigma foram a confederação dos trabalhadores na Agricultura Familiar-CONTAG e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na região Sul - FETRAF- Sul.

Esse impacto político não teve tanta repercussão nos movimentos camponeses vinculados à Via Campesina - Brasil, constituído pelos movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - **MST**, Movimentos de Pequenos Agricultores - **MPA**, Movimento dos Atingidos por Barragens - **MAB**, Movimento de Mulheres Camponesas –MMC e Comissão Pastoral da Terra – **CPT**.

As questões e os conflitos de interesses surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, modernizam-se em disputas entre grupos e classes sociais para organizar o território de maneira mais adequada aos objetivos e interesses de cada um. Disputa que no interior da sociedade, criam tensões e formas de organização do espaço que definem um campo importante da análise geográfica.

As arenas políticas do poder Executivo Federal e do Congresso Nacional são espaços ocupados e disputados por grupos e classes sociais distintas com projetos políticos e valores ideológicos divergentes, que se confrontam o campo político, institucional e por consequência, definem espaços e territórios de atuação política e conflitualidade no Estado.

2.2- Caracterizações do município

O Município de Periquito está localizado no Vale do Rio Doce, região Leste do Estado de Minas Gerais, a 237 quilômetros de Belo Horizonte, capital do Estado. Faz limites com os municípios de Governador Valadares, Naque, Belo Oriente, Açucena, São Geraldo da Piedade, Ipatinga. Situado as margens da BR 381, rodovia que liga essa região a Belo Horizonte, Governador Valadares e outras. Possui 7.445 habitantes (IBGE 2010) e 228 km quadrados de extensão.

O município de Periquito foi constituído a partir da doação de 15 alqueires de terra, prometida a São Sebastião, o santo de devoção do Senhor Waldemiro Barrel às margens do Rio Doce, no território do município de Açucena, Minas Gerais, nos idos de 1935.

Neste local doado para São Sebastião foram aleatoriamente chegando pessoas, pioneiros de diversos lugares e regiões, construíram suas casas, tiveram filhos e filhas e aos poucos foi formando o povoado.

Com a construção da estrada de ferro Vitoria a Minas, empresas que fazia o transporte de cargas e passageiros entre a capital do Estado do Espírito Santo e o Município de Itabira, vieram também os ferroviários e, com isso, garantindo uma intensa movimentação de pessoas e mercadorias caracterizava a região um núcleo aglutinador, tornando-se parada obrigatória do trem de ferro, a tradicional “Maria Fumaça”.

Matas densas, povos indígenas e comunidades tradicionais construíram os primórdios da região onde se localiza o Município de Periquito, e igualmente a outros municípios que se estruturaram longo dos rios, que era base de apoio ao minério de ferro, e até por meados de 1940, constituíram-se em povoados pequenos.

A história oficial registra informações a partir de meados do século XX conforme o que segue:

Dado a abundância de madeira e facilidade de mão de obra, grandes empresas se instalaram nas proximidades do povoado, destacando principalmente a produção de carvão vegetal, para os altos fornos da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira e da Companhia Aços Especiais Itabira – Acesita Belgo Mineira durante muito tempo manteve escritório operacional na localidade de Pedra Corrida, um povoado do Município de Açucena onde se instalou também uma Serraria na mesma localidade, dando início a um novo acampamento de trabalhadores,

originando a gerencia regional de empresa e da comunidade de Serraria, no Distrito de Pedra Corrida.

O povoado de Periquito foi elevado à condição de distrito em 30 de dezembro de 1962. E veio crescendo consideravelmente graças à influência da empresa CENIBRA pela produção de Celulose, a Acesita Energética pela produção de carvão vegetal e a Companhia Vale do Rio Doce, que com a privatização, encampou a Estrada de Ferro Vitória a Minas continuando com o transporte de madeira e mercadorias, ampliando para o transporte de passageiros e de minério de ferro.

Em 1969, com a construção da BR-381, ligando a região leste a Belo Horizonte, foi importante para ampliação de locomoção e aceleração da economia além de elevar a ocupação de Periquito. Daí teve início também o processo de mobilização por parte dos moradores naquele distrito para sua emancipação, cuja primeira tentativa em 1991 quando não se obteve o resultado desejado. Contudo, as lideranças de Periquito não desanimaram no firme propósito de se conquistar a independência política e administrativa do Município de Açucena.

Em 1995, a Associação de Assistência e Apoio ao Menor Carente e ao Idoso de Periquito, através de seu presidente Benedito Pedro Rodrigues, retomou a mobilização através de um plebiscito popular realizado em 22 de outubro de 1995. O povo compareceu às urnas e registraram o sonho de transformar Periquito em cidade. E em 21 de dezembro de 1995, Periquito foi emancipado de Açucena pelo presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Agostinho Patrus, que assina a Lei Estadual 12.030, que desmembra Periquito do Município de Açucena, elevando-o a condição de município autônomo, política e administrativamente.

Em 1999, dispunha-se de 04(quatro) escolas municipais e 01(uma) escola estadual.

Conforme dados do IBGE, tem uma população de 7.445 habitantes incluindo seus distritos, povoados e córregos.

A economia do município sempre baseou-se na agricultura de subsistência e na pecuária leiteira até a chegada das empresas e da monocultura do eucalipto na região.

Em 1995, o primeiro prefeito foi Eduardo Barrel, na sequência, Nereu Nunes Pereira que gestou a cidade por dois mandatos consecutivos, posteriormente foi o prefeito Luís Reis de Andrade e atualmente o Prefeito Geraldo Martins.

Periquito se localiza na região leste do estado de Minas Gerais, e está à margem do Rio Doce uma das principais bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais. Cortado pela rodovia 381. Possui hoje os distritos de São Sebastião do Baixio, Pedra Corrida e Povoados de Serraria, Assentamento Liberdade, Córregos Ilha Funda, Santa Cruz e Saião da Boa Vista. (Lei Orgânica Municipal de Periquito. Novas Leis para um novo Milênio, I Legislatura :1997- 2000)

Na primeira gestão municipal de Periquito, dentre as infraestruturas, foram construídas 02 escolas municipais, a Escola Municipal “Concesso Barbosa” e reformada a escola municipal do Córrego Santa Cruz denominada “Escola Municipal George Siman”. Implantação do ensino pré-escolar, curso de alfabetização de Jovens e adultos na sede e nos distritos de Pedra Corrida, São Sebastião do Baixio, e ensinos fundamental e médio no município.

Vale ressaltar que, o Assentamento Liberdade, em Periquito é o mais novo território ocupado sob orientação e articulação do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, onde 13 lotes foram alagados para a construção da barragem UHE (Usina Hidrelétrica) de Baguari, algumas famílias foram realocadas para outras regiões e as demais são diretamente impactadas pela construção do empreendimento, cujo reservatório está neste território.

O que predomina na região é a forma de ocupação predatória e sem acompanhamento do poder público, que redundou na situação ambiental hoje existente: topos de morros extremamente desprovidos de cobertura vegetal, erosão nas encostas e assoreamento dos córregos e rios do município e vizinhos.

Sendo São Sebastião do Baixio, um dos Distritos do Município de Periquito, pretendo utilizá-lo como o objeto de estudo nesta pesquisa, pois lá se localiza a Escola Municipal “São Sebastião do Baixio” que acolheu os alunos oriundos das diversas escolas do campo que foram fechadas, principalmente dos Córregos Santa Cruz (Escola Municipal George Siman), de Córrego Fundo (Escola Municipal Antonio Villela) e Córrego Ilha Funda (Escola Municipal Concesso Barbosa.)

2.2.1 - Distrito de São Sebastião do Baixio- Breve Histórico.

O distrito de São Sebastião do Baixio está situado a 12 quilômetros da sede do município de Periquito, com aproximadamente 860 habitantes. A via de acesso ao distrito de São Sebastião do Baixio se dá pela Rodovia 381, por onde se segue em estrada não pavimentada, no mesmo sentido de acesso a Felicina distrito de Açucena-MG, onde se localiza o povoado de Córrego Fundo. Objeto também da pesquisa por sua localização próxima ao distrito de São Sebastião do Baixio, portanto os alunos deste Córrego são atendidos pelo município de Periquito.

Criado pela lei estadual número 2.764, de 30 de dezembro de 1962, após o desmembramento de Açucena. Nesta época, o povoado de poucos moradores já incorporava em seu território o Córrego Santa Cruz, comunidade rural hoje com aproximadamente 48 famílias, e os demais povoados acima mencionados.

2.2.2 - Identificação da Escola Municipal “São Sebastião do Baixio”

A Escola Municipal “São Sebastião do Baixio” fica situada à Avenida Felipe de Carvalho nº 202 no Distrito de São Sebastião do Baixio, Município de Periquito, Minas Gerais. Atende uma clientela composta por pessoas dos córregos Santa Cruz, Córrego Fundo, Córrego Saião da Boa Vista e do próprio Distrito



Municipalizada em 01/01/1998 conforme resolução numero 8063-97 publicada no Diário Oficial de MG em 11/10/1997 pag.05 colunas 03. Tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Periquito – Minas Gerais.

A Escola ministra a educação infantil, ensino Fundamental, anos iniciais e finais (1º ao 9º ano) e modalidade de Educação de Jovens e Adultos anos finais (5º ao 8º) etapa; recebendo alunos das diferentes classes sociais.

A Escola Municipal "São Sebastião do Baixo", integra da Rede Municipal de Ensino, fica situada no distrito de São Sebastião do Baixo; recebe o nome do lugar e funciona em prédio próprio.

No dia 01/03/1949, foi instalada a escola mista de São Sebastião do Baixo. Por questões políticas inexplicáveis no município, esta escola ficou fechada por 04 anos, no período de 1956 a 1959. No ano de 1960 as atividades escolares recomeçaram continuando com o mesmo nome: "Escola Mista de São Sebastião do Baixo" até 1964.

No dia 25 de setembro de 1965, instalou-se a Escola Combinada São Sebastião do Baixo Município de Açucena, conforme ato determinado da referida unidade escolar a contar de 15/02/65, publicado no MG de 25/09/65, P.11Col.01. Oito anos depois, em 08/04/74, pelo decreto 16.244 passou a denominar-se Escola Estadual “São Sebastião do Baixo” de 1º grau. No início de 1979 a escola recebeu a tipologia 0.2.0.A. De 1980 a 1982 a Escola viveu a tipologia anterior 0.2.0.Z, passando novamente para 0.2.0.A no período de 1983 a 1986. Em 01/02/87 a Escola São Sebastião do Baixo, voltou a receber a tipologia anterior 0.2.0.Z, conforme publicação no MG do 08-03-89, P.07 Col.03, a contar de 01/02/87, funcionando as quatro primeiras séries do primeiro grau. De acordo com o decreto Estadual nº 29.244 de 15/02/89 e a Resolução número 6.670-90 foi autorizada a extensão de séries (5ª a 8ª série) na escola Estadual São Sebastião do Baixo, 0.3.0.A, em caráter gradativo sendo a 5ª série a partir de 1990, a 6ª série a partir de 1991, 7ª série a partir de 1992 e 8ª série a partir de 1993. Assim a escola recebeu nova tipologia, 0.3.0.Z, em 01-08-90, conforme publicação no jornal Estado de Minas de 29/05/91, P 18 col.01. Atualmente a escola tem nova tipologia sendo 0.4.0. Z, publicado no jornal Estado de Minas do dia 18/05/93, p.16 col.04, a contar de 01/02/92. Conforme Resolução 8063-97, publicado no MG de 11-10-97, p.05 col.03, foi autorizada a municipalização da Escola Estadual São Sebastião do Baixo de Ensino Fundamental (1ª a 8ª série) que passou a denominar-se “Escola Municipal São Sebastião do Baixo” de Ensino Fundamental, tendo como Entidade Mantenedora a Prefeitura Municipal de Periquito, Minas Gerais.

De acordo com o projeto político Pedagógico, da escola Municipal São Sebastião do Baixo, o objetivo geral e sua função social é proporcionar aos alunos uma educação de qualidade, voltada para o desenvolvimento moral e intelectual do ser humano de maneira a envolver as famílias e comunidade escolar.

CAPÍTULO 3 ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo, abordarei sobre os sujeitos que contribuíram direto ou indiretamente para a realização desta pesquisa. Foi necessário, um cronograma de atividades, como agendamento prévio com a Secretaria Municipal de Educação, equipe pedagógica da Escola Municipal São Sebastião do Baixio, com a Superintendência Regional de Ensino, visitas às comunidades de Santa Cruz e Córrego Fundo, com vistas á entrevistarem pais de alunos e funcionários da escola Municipal Antonio Vilella que nos permitiram a visão sobre o processo em questão.

Na análise dos dados, oriundos das entrevistas realizadas com professores, pais de alunos, alunos, supervisores e diretor escolar, foi feita uma apreciação de cada entrevista bem como dos documentos disponibilizados pela escola. Foi usado pseudônimo em toda coleta de dados.

Com esta pesquisa, coube-me a constatar que o processo de nucleação das escolas do campo no município de Periquito foi relevante no avanço do ensino como: a maior interação família e escola, infraestrutura mais adequada, a distribuição das turmas, a disponibilização de equipe pedagógica. Embora esta política tenha sido implantada a revelia da comunidade.

A pesquisa revelou uma situação que merece atenção; pois a maioria dos estudantes são moradores do campo e saem muito cedo de suas casas sem tomar café da manhã e a escola nucleada não tem uma dinâmica que contemple esta especificidade no seu projeto político pedagógico.

A pesquisa aponta para a necessidade de um diálogo entre sociedade civil e poder público, no sentido de proporcionar espaços de discussão sobre a política de educação, onde a participação do povo é imprescindível para alcançar maior satisfação e trazer o sentimento de pertença no processo; sabendo que a nucleação possa ser um dos instrumentos possíveis para amenizar os desafios em relação à educação do campo.

Um aspecto que considero importante com a realização deste trabalho foi a importância de se documentar os fatos, pois muito me surpreendeu não ter encontrado na escola, na secretaria de educação e na superintendência regional nenhuma documentação escrita sobre a política de nucleação.

A partir das discussões construídas em minha militância nos movimentos do campo, o que surpreendeu – me também foi a avaliação positiva por parte dos entrevistados, pois esperava uma opinião negativa. No entanto eles fizeram considerações positivas que são relevantes quanto ao processo e não à política de nucleação em si.

O que se constatou foi que, no processo de nucleação das escolas do campo no município de Periquito não houve a participação de pais de alunos e da equipe pedagógica da escola. Retratou-se ser apenas uma necessidade manifestada pelo poder público municipal, sem ter tido previamente uma discussão com o público diretamente envolvido.

Evidenciou também a aprendizagem dos alunos como um resultado da nucleação. Também ficou evidente que, apesar de que o processo tenha chegado “pronto”, alguns educadores avalia-se positivo a nucleação, uma vez que nas escolas no campo não haviam condições infraestruturais adequadas para o número de alunos presentes no campo, além de instrumentos pedagógicos insuficientes e sendo que, inúmeras vezes recaiam aos professores a responsabilidade da alimentação e até mesmo a direção e supervisão escolar.

Conforme depoimento de E.L.A, professor na antiga escola Municipal “Antônio Vilella”, que fora fechada no processo de nucleação:

As escolas de nosso município, embora situada no meio urbano, deveria ser considerada, ou seja, deveria ser adequada como escola do campo. Pois os alunos na sua grande maioria vem do meio rural. A transferência dos alunos da escola do campo para o escola nucleada, trouxe um avanço considerável na educação. Na ocasião de sala multisseriada, era uma loucura...alunos eram sem

dúvida, muito inteligentes. Tinham facilidade de assimilar o que lhes eram proposto e ensinado, porém faltava tudo, ou quase tudo... material didático e até a merenda na escola era escasso. O professor é que tinha que trazer a merenda da sede do município até a escola. Pedagogicamente, com a nucleação, contribuiu muito, até no aprendizado dos alunos, embora não seja ainda o tipo de educação que queremos. Mas temos hoje qualidade na alimentação escolar, materiais pedagógicos, mesmo que não seja adequado para nossa realidade de campo. Outro dado relevante é que a participação das famílias na escola através de projetos que são desenvolvidos na escola hoje. (Depoimento de E.L.A Periquito, 11 de julho, 2014)

De acordo com E.L.A, a escola nucleada, permite uma estrutura possível de ensino aprendizagem, estrutura pedagógica que favorece o rendimento escolar, além de influenciar na participação e interação família e escola. Ressalta ainda que na sala multisseriada, contendo um maior número de alunos, como é o caso de sua experiência no meio rural, era difícil aproveitar as habilidades e conhecimentos trazidos pelos próprios alunos, como base de um aprendizado eficaz. A escassez de recurso didático e mesmo humano, como a ausência de uma equipe pedagógica, são fatores que interferem diretamente no desempenho dos alunos e professores. Enfatiza ainda os desafios de se trabalhar na escola multisseriada exemplificando que: por um determinado período, resolveu por conta própria dividir a turma em 02 turnos, afim de melhorar o desempenho dos alunos, embora era remunerado por apenas um turno. Esta experiência foi insustentável, segundo o depoente.

Nota-se também que a política de nucleação, possibilitou e fortaleceu o vínculo afetivo entre colegas, professores e equipe pedagógica, além de uma participação mais efetiva dos pais na escola. Percebeu que os conhecimentos empíricos vieram à tona a partir da realização de pequenos projetos que foram possíveis realizar na escola com a participação da comunidade. Para esta professora, a nucleação é uma oportunidade de aprofundar e resgatar costumes, culturas e trocar experiências diversificadas. Isto só é possível pelo potencial dos alunos oriundos do campo, que não apresentaram dificuldades de aprendizagem, pelo contrário, por muitas vezes sobressaíram com melhores notas que os demais alunos.

Considera-se que um grande fator que contribui no processo para o maior desempenho educacional é o acesso a utilização de uma biblioteca, além dos projetos pedagógicos oferecidos pela escola, haja vistos, o projeto de resgate a cultura, oficinas de desempenho das habilidades básicas e outros.

Confesso que inicialmente a notícia de que os alunos seriam transportados para outra escola, causou um impacto negativo, porem o que se ganhou no processo, superou todas as dificuldades e acredito que 80% dos atores diretamente envolvidos avaliam como positivo a nucleação das escolas neste município. (Depoimento de E.L.A, Periquito, 11 de julho, 2014)

Porem foi possível identificar, como podemos perceber na entrevistada com a senhora EDSC, atual supervisora e professora no período em que ocorreu a nucleação na escola Municipal São Sebastião do Baixio, é que, este processo carrega um traço importante na forma de como o mesmo foi implantado, ou seja, não houve diálogo, deixando o conjunto da população sem conhecimento prévio no período de implantação da política de nucleação. Um projeto que, embora esteja, em alguns lugares, dando certo, como evidenciado acima, não podemos deixar de evidenciar a forma autoritária e antidemocrática de implantação. Segundo ela, não houve nenhuma discussão com a comunidade e, não houve arranjo ou adaptação na escola sede para receber maiores turmas de alunos. Apenas o secretário de educação anunciou que a partir daquela data seriam fechadas as escolas do campo e os alunos seriam transferidos para a escola de São Sebastião do Baixio. Na ocasião ninguém questionou quais seriam os impactos.

A propósito da educação rural, não se observa, mais uma vez, a inclusão da população na condição de protagonista de um projeto social global. Propõe, ao tratar da formação dos profissionais da educação, o ajustamento às diferenças culturais. Também prevê a adequação do período de férias e épocas de plantio e colheita de safras e, quando comparado ao texto da Lei número 4.024/61, a número 5.692 reafirma o que foi disposto em relação à educação profissional. De fato, o trabalho do campo realizado pelos alunos conta com uma certa cumplicidade da Lei, que se constitui a referência para organizar, inclusive, os calendários. Diretamente dos

tempos atuais, em que o direito à educação escolar prevalece e cabe ao poder público estabelecer programas de erradicação das atividades impeditivas de acesso e permanência dos alunos no ensino obrigatório.
(Resolução CNE/CEB N 1,2012).

Ao ser interrogado se a nucleação tem alguma implicação na vida escolar do aluno, a professora E.D.S.C, considera que uma das implicações é a distância entre o currículo escolar e o dia-a-dia do aluno no campo. Entendendo que a escola não tem uma dinâmica própria do campo, embora receba alunos, em sua maioria do campo. Ainda reconhece que há também a escassez de infraestrutura que era oferecida para a realização do trabalho nas escolas multisseriadas. O fato do aluno sair muito cedo de suas casas e a escola não ter uma dinâmica de oferecer uma alimentação antes de iniciar as aulas, considera-se um complicador, pois na grande maioria os alunos saem sem café da manhã, uma vez que o ônibus os recolhe nas estradas principais dos córregos muito cedo. Considerando também a má qualidade das estradas que é uma realidade em nossos dias.

Ouvir os professores que experienciaram as diferentes realidades (na escola do campo e na escola nucleada) foi muito interessante para observar o sentimento e relação que fazem no mesmo contexto. Em relação à nucleação, podemos perceber algumas críticas no processo de nucleação, com opiniões relevantes à cerca dos seus desafios, conforme descrito por Gonçalves 2003.

As críticas feitas ao processo de nucleação denunciam o distanciamento da escola-núcleo das comunidades de origem de seus alunos e de suas respectivas famílias, além dos riscos e desgastes que longas viagens realizadas em estradas precárias implicam para os alunos. Indica-se também que a política de nucleação contribui ao desenraizamento cultural dos alunos do campo, tanto por deslocá-los para longe da comunidade de origem, como por oferecer um modelo de educação urbano, alheio ao seu cotidiano. Critica-se ainda o desestímulo à gestão participativa da escola, uma vez que, longe de sua comunidade de origem, os alunos e seus respectivos pais não teriam meios para participar da gestão da escola, conforme orienta a própria LDB.
(GONÇALVES 2003) .

Já a professora L.S.G, ao ser interrogada se houve mudanças do ponto de vista do rendimento escolar a partir da nucleação e se houve implicações na vida escolar do aluno ela pontuou o seguinte:

“Na comunidade, onde se localizava a escola, havia uma participação maior dos pais e de toda a comunidade. Quando fechou a escola, perdeu-se a referência e motivação da comunidade. As festas e reuniões que a comunidade fazia aos poucos foram acabando. A escola não recebia material didático, e agente usava de criatividade e dava umas aulas maravilhosas debaixo das arvores e os alunos tinham maiores interesses e aprendiam mais. Hoje temos o prédio, estrutura boa e os materiais didáticos são insuficientes para desenvolver com eficiência a aprendizagem dos alunos. O deslocamento, o trajeto que o ônibus faz se torna cansativo para muitos alunos que terão que sair muito cedo de casa, e caminhar 40 minutos ou até uma hora sem alimentação adequada. E ainda é pior quando o ônibus quebra...Acredito que tudo isso tem implicações diretas que afetam o aprendizado dos alunos. (Depoimento de LSG, 10 de julho de 2014)

Analisando as contribuições dos professores acima citados, cabe-me considerar:

A Educação do Campo precisa ser uma política específica e diferenciada, isto é: uma alternativa para os seus sujeitos. Mas sobretudo, deve ser uma educação no sentido amplo de promover a formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz. (VOL 1 Educação do Campo pag. 15)

É neste aspecto que vemos a necessidade de aprofundar a discussão entre os demais sujeitos, afim de que a educação do campo se torne uma política pública em todas as esferas de governo, uma vez que a lei de Diretrizes e Bases da Educação recomenda a formação de educadores que interagem com o meio rural conforme citação abaixo:

Quanto ao ensino rural, é possível afirmar que a lei não traduz grandes preocupações com a diversidade. O foco dado à integração, exposta, por sua vez, no art.57, quando recomenda a realização da formação dos educadores vão atuar nas escolas rurais primarias, em estabelecimentos que lhes prescrevam a integração no meio.

Acrescente-se isso o disposto no art.105 a respeito do apoio que poderá ser prestado pelo poder público às iniciativas que mantenham na zona rural instituições educativas orientadas para adaptar o homem ao meio e estimular vocações e atividades profissionais. No mais, a Lei atribui às empresas responsabilidades com manutenção de ensino primário gratuito sem delimitar faixa etária. (Resolução CNE/CEB N 1, pag. 26,2012.

Segundo o professor JNC, o processo de nucleação escolar originou-se da necessidade de a municipalização das escolas do município de Periquito, não houve discussão com a Comunidade. Percebe-se que na verdade o que estava em jogo era a governabilidade. Pois a escola de São Sebastião do Baixio, na época, era uma escola Estadual. Não se discutia qualidade em educação. Para poder público municipal, segundo sua prática, não estava preocupado com a visão social da comunidade, portanto as decisões vinham de cima para baixo, partindo apenas da opinião dos gestores. (Depoimento de J.N.C. 2014)

A infraestrutura das escolas, sem merenda onde muitas vezes os alunos se alimentavam de mamão verde. Além disso, não se dispunha de equipamento, como geladeira, fogão a gás e não contava com biblioteca. O que era disponibilizado eram alguns livros usados e velhos, vindos de outras escolas, revelando a precariedade das escolas no meio rural.

O que me surpreendia muitas vezes é que os alunos que vinham do meio rural tinham um nível muito bom de aprendizagem, foram muito bem alfabetizados, apesar da real idade sofrida e descaso a que vinham considerando o campo.

Com a transferência dos alunos até a escola sede, vejo que se configura uma “loucura” diz o professor: A começar pela precariedade das estradas e do veículo de transporte que muitas vezes quebra na estrada. Além disso, os alunos precisam sair muito cedo de casa e na sua grande maioria, sem o café da manhã. Na opinião do professor, junto à política de nucleação, deveria ser oferecida aos alunos uma refeição quando tão logo chega à escola, principalmente numa dinâmica de valorização dos produtos da agricultura familiar, considerando as políticas e os programas de fortalecimento da agricultura familiar como o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, PRONAF - Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar e outros, pois acredita ter interferência na vida escolar dos alunos.

De acordo com ARROYO e FERNANDES, a escola do campo precisa ter relação clara com a cultura, os valores e a luta presentes no campo, conforme mencionado a baixo:

A política educacional brasileira ignora a necessidade de um projeto específico para a escola rural. Não uma escola no campo ou para o campo, nem uma escola da cidade no campo, mas uma escola do campo, com a cultura, os valores, a luta do campo. Não se aceita levar as crianças e os jovens para a cidade, para um contexto que não é o deles. Não se trata também de algum modelo específico que vincule a educação escolar às questões sociais inerentes à cultura e à luta do campo. (ARROYO, FERNANDES, 1999.vol. 2)

Como revelado pelos depoimentos, a nucleação, como forma arranjada pelo poder público para lidar com o problema da escola do campo, tornou-se hoje uma realidade na espacialidade rural em Minas Gerais, como demonstrado nesta pesquisa. Sabendo que essa realidade não é específica de Minas, mas alcança diferentes espacialidades do campo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de nucleação das escolas do campo nos permite pensar a necessidade de um diálogo contínuo entre entes federados, equipe pedagógica com todos os seguimentos e sujeitos coletivos presentes na sociedade. Portanto, faz - se necessário um maior aprofundamento desta política, cuja participação do povo é imprescindível. É preciso proporcionar maiores espaços de discussão e promover debates sobre a política de educação do campo, sabendo que a nucleação possa ser um dos instrumentos possíveis para amenizar os problemas existentes em relação à educação do campo.

Acreditamos que a educação do campo, sendo ela valorizada em seus espaços tendo estrutura e currículo adequado à realidade trará uma grande

contribuição no desenvolvimento rural a partir de uma atuação mais qualificada dos profissionais do campo. Porém, é importante a luta de todos para que se efetive a verdadeira democracia e que não haja, nenhuma política que venha de cima para baixo. Pois no Brasil, embora a democracia seja um termo muito usado, ela só acontece se as pessoas estiverem dispostas a lutarem para sua efetivação. Mas não sejamos ingênuos de pensar que isso acontece naturalmente. Democracia esta intimamente relacionada aos direitos e fins da educação, conforme definido por SAVIANI:

A educação nacional, instrumento da sociedade para a promoção do exercício da cidadania, fundamentada nos ideais de igualdade, liberdade, solidariedade, democracia, justiça social e felicidade humana, no trabalho como fonte de riqueza e bem-estar universais. (Art. 2, Cap. II, pag. 83, ano 2011)

O propósito é conceber uma educação básica do campo, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sócio cultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo as suas diferenças históricas e culturais para que vivam com dignidade e, organizados, resistam contra toda e qualquer expulsão e a expropriação, ou seja, este campo tem o sentido do pluralismo das ideias e das concepções pedagógicas: diz respeito à identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira (conforme os artigos 206 e 216 da nossa constituição). Não basta ter escolas no campo com um projeto político pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo. (Educação do Campo.vol.01 pag. 17)

Fica evidente a necessidade dos sujeitos se apropriarem da discussão da educação do campo. Um dos grandes desafios encontrados foi a inexistência de documentos relativos ao processo de implantação da política de nucleação, caracterizando como algo sem importância e sem interferência dos sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias-Petrópolis**, RJ: Vozes,2012

ARROYO, Miguel G. Por um Tratamento Público de Educação do Campo. In: Molina Castagna, JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org.) **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**, Brasília:

Articulação Nacional” Por Uma Educação do Campo”,2004. coleção Por Uma Educação do Campo,5).

BEGNAMI, João Batista; BURGHGRAVE, Thierry De; **Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade**. UNEFAB, 2013.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, Mundialização, Espiritualidade**, Rio de Janeiro:Record,2008. pag.95-96.

CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis. Vozes, 2000

CARVALHO, Ferraz de Oliveira; ARAUJO, Maria Nalva Rodrigues de. **A Experiência da UNEB X em EJA no Âmbito do PRONERA(1999-2010)**

CARTER, Miguel, (org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil/ [tradução de Cristina Yamagami]**. – São Paulo: Editora UNESP, 2010. pag. 63.

Comissão Pastoral da Terra CPT Nacional. **Conflitos no Campo Brasil**, 2009, pag.109, Goiânia.

Comissão Pastoral da Terra - CPT Nacional. **Conflitos no Campo Brasil**, 2011.

Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional. Expressão Popular. **Conflitos no Campo Brasil**, Goiânia, 2012.

FERNANDES, B. M. “Entrando nos Territórios do Território” In: **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.273-301.

GONCALVES, Bruno Bicalho <http://www.gestrado.org/index.php/?pg=dicionarioverbetes&id=149>

HAGE, Salomão Antônio (et al]. Retratos de realidade das escolas do Campo: multisserie, precarização, diversidade. In: ROCHA, M. I. A.; HAGE, S. A. **Escola de Direito: Reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte**: Autentica Editora, 2010.

KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Israel José; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação básica do campo**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999. vol. 1. 95p.

KREMER, A. A nucleação escolar e o processo de desenraizamento nas comunidades rurais do município de Bom Retiro/SC. Anais: **I Seminário de pesquisa em Educação do Campo**. Santa Catarina: UFSC, 2010.

MARINO, D. J; CORDEIRO, T. G. B. F. **A educação do campo no plano nacional de educação**. Anais do V Simpósio Internacional VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Belém do Pará, 2011.

MARTINS, Aracy Alves; TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro; MOLINA, Monica Castagna; Vilas BOAS, Rafael Littvin Villas, **Outras Terras à vista; cinema e educação do Campo** Belo Horizonte, Autentica editora, 2010

NOGUEIRA, Alexandre Peixoto Faria. **Educação do campo reforma agrária e desenvolvimento territorial:** inter-relações da questão agrária no Brasil hoje – Universidade Federal da Paraíba, alexandrepf@gmail.com Maria Franco García – Universidade Federal da Paraíba mmartillo@gmail.com <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Alexandre%20Peixoto%20Faria%20Nogueira.pdf>

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **Genese do Pensamento Único em Educação;** Franciscanismo e jesuitismo na história da Educação Brasileira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

SAVIANI, Dermeval. A Nova lei da Educação: Trajetória, Limites e Perspectivas. Campinas São Paulo. Autores associados. 2011. Coleção educação Contemporânea.

SILVA, Carlos Eduardo Moreira da. Nucleação de Escolas de Áreas Rurais. **Revista de Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, v. 21, p. 129-134, 2000 <http://www.carloseduardomoreira.com/artigo01.htm>

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA / QUESTOES

Aos Pais e Alunos

- 1- O que você sabe sobre o processo de nucleação das escolas do Município de Periquito?
- 2- Você soube de como a escola sede seria organizada com a nucleação?
- 3- Como soube da nucleação da escola?
- 4-Como você identifica a escola antes e depois da nucleação. Mudou ou permaneceu a mesma coisa?
- 5- Você tem observado alguma mudança do ponto de vista do rendimento escolar a partir da nucleação? Quais?
- 6- Como era a sua relação com a escola antes da nucleação e como é hoje?
- 7-Você participou do processo de nucleação? Em caso afirmativo, perguntar:
De que forma você participou?
- 8-Quem participou da discussão e da implantação do processo de nucleação da(s) escola(s) da comunidade?
- 9-Como você avalia a interação da escola com a família antes e depois da nucleação?
- 10-A nucleação escolar pressupõe algumas mudanças pedagógicas, metodológicas e de infraestrutura. Essas questões foram discutidas com a comunidade?

11-Como se dá o acompanhamento da vida escolar de seu filho?

Ao secretário de educação, diretores e professores.

1-Você acompanhou ou conhece sobre o processo de nucleação das escolas do município de Periquito?

2-Qual a sua avaliação sobre o processo de nucleação das escolas do campo no município de Periquito?

3-Quais ações foram desenvolvidas na implantação da política de nucleação das escolas?

4-Você participou no processo de nucleação das escolas? De que forma participou?

5-Quem participou da discussão e da implantação do processo de nucleação no município?

6-Em que circunstância aconteceu a nucleação, ou seja, quais motivos levaram ao fechamento das escolas do campo no município de Periquito?

7-Que mudanças você identifica na escola a partir da nucleação?

8- Você tem observado alguma mudança do ponto de vista do rendimento escolar a partir da nucleação? Quais?

9-Em sua opinião, a nucleação tem alguma implicação na vida escolar do aluno? Como você avalia isso?

10-Toda mudança tem uma justificativa que explicita sua necessidade. Você tem conhecimento da lei, decreto ou normativas para a nucleação das escolas? 11- De quais documentos a secretaria municipal ou a escola dispõe para ampliação de conhecimento sobre o processo de nucleação?

À Superintendência Regional de Ensino

1- O que você sabe sobre o processo de nucleação das escolas do município de Periquito?

2-Em que circunstância aconteceu a nucleação e quais motivos levaram ao fechamento das escolas do campo no município de Periquito?

3-Quem participou da discussão e da implantação do processo de nucleação no município?

4-Como você identifica a escola antes e depois da nucleação. Mudou ou permaneceu a mesma coisa?

5- Você tem observado alguma mudança do ponto de vista do rendimento escolar a partir da nucleação? Quais?

6-Toda mudança tem uma justificativa que explicita sua necessidade. Você tem conhecimento da lei, decreto ou normativas para a nucleação das escolas? 7-De quais documentos a secretaria municipal ou a escola dispõe para ampliação de conhecimento sobre o processo de nucleação?

Escola Municipal “Antonio Vilella” - Comunidade de Córrego Fundo



Foto atual da Escola Municipal “São Sebastião do Baixo-Periquito MG



Membros da Equipe Pedagógica da Escola Municipal “São Sebastião do Baixo”-Periquito, Minas Gerais

